

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Privatização é o melhor caminho para abater dívida	2
Título: Senado aprova regra para quem desistir de imóvel na planta.....	3
Título: Governadores eleitos querem nova divisão de recursos.....	5
Título: Paulo Guedes vai criar secretaria dedicada a plano de privatizações	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: Reformar ou governar?.....	9
Título: Prioridade da Petrobras será exploração do pré-sal, afirma Castello Branco	10
Título: Energia eólica atinge o equivalente a uma Itaipu no Brasil.....	12
Título: Concluir usina de Angra 3 elevaria a conta de luz em pelo menos R\$ 6,6 bi	13
Título: Enel prevê investir R\$ 3,2 bi na Eletropaulo até 2021	15
Título: Guedes confirma a criação da secretaria de privatizações.....	16
Título: Cade deve aprovar acordo para perdoar R\$ 800 mi a empreiteiras da Lava Jato	18
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	20
Título: Sócios já gastaram R\$ 13 bilhões com Belo Monte, o dobro do previsto	20
Título: Queda da Bolsa nos EUA reforça temor com a economia.....	21
Título: Estados podem levar 20% do leilão do pré-sal	22
Título: Ministério da Economia terá seis secretarias	24
Título: Cade faz acordos com empreiteiras da Lava Jato	25
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	26
Título: Atenção total às privatizações	26
VEÍCULO: Valor Econômico.....	28
Título: Recurso da cessão onerosa pode ser repartido via Fundo Social.....	28

Título: Acelerar exploração será o foco, diz Castello Branco	30
Título: Setor espera que fim do subsídio ao diesel libere investimento de R\$ 1 bi.....	31
Título: Enel planeja investir € 4 bilhões no Brasil entre 2019 e 2021	33
Título: CCR contrata ex-Petrobras para a vice-presidência de compliance	35
Título: Enel vai investir R\$ 3,2 bilhões na Eletropaulo	36
Título: Petroleiras veem futuro na geração de energia elétrica	37
Título: John Rice volta à GE e assume área de gás.....	40

VEÍCULO: O Globo

Data: 21/11/2018

Seção: Editorial

Autor:

Título: Privatização é o melhor caminho para abater dívida

Venda de subsidiárias da Petrobras ajuda competição nos combustíveis e reduz ônus para a sociedade

Ainda na campanha eleitoral, na condição de assessor econômico e “Posto Ipiranga” do candidato Jair Bolsonaro, o economista Paulo Guedes fez a defesa da privatização de qualquer estatal, com o sensato e óbvio argumento de que é preciso abater a incontrolável dívida pública. Em abril, ela passou dos R\$ 5 trilhões, e avança a passos firmes para chegar a 80% do PIB, 30 pontos percentuais acima do nível em que estava quando a então presidente Dilma acelerou a delirante política do “novo marco” econômico, destruindo as contas públicas. Eis a razão, também, da premência nas reformas, a começar pela Previdência, cujo déficit crescente dá o ritmo da expansão do endividamento público. É crucial estancar estes déficits, para que o abatimento da dívida não tenha de se repetir no futuro. Seria trágico.

Bolsonaro ganhou as eleições, Guedes foi ungido superministro indicado da Economia, uma pasta reforçada para o governo ter alguma chance de êxito na multidisciplinar tarefa do ajuste fiscal — dimensionado em cerca de 5% do PIB, uma tarefa repleta de obstáculos, principalmente políticos. O jogo começou

para valer. É indiscutível que o Estado precisa, na linguagem técnica, “vender ativos”, para sair da crise fiscal e afastar o risco de insolvência do Tesouro e seus ingredientes tóxicos: alta da taxa de juros, volta à recessão, ao desemprego. Inevitável que do rol de empresas a serem vendidas, em todo ou em parte — sem esquecer o necessário fechamento das inviáveis, que vivem silenciosamente nas tetas do Tesouro —, constem joias da coroa do Estado, como Petrobras e bancos públicos. Afinal, são as mais atraentes para potenciais compradores.

A Petrobras já é um caso em estudo avançado. Pela mesma razão do Tesouro: os desmandos técnicos e éticos do lulopetismo abalaram de tal forma a estatal que, em 2013, ela chegou a deter a maior dívida corporativa do mundo. Ao chegar à empresa, Pedro Parente adotou a receita clássica de Paulo Guedes: desfazer-se de subsidiárias e/ou projetos em andamento, para reduzir o endividamento. Já foi abatida uma parte da dívida, política seguida por Ivan Monteiro e que deverá ter sequência com Roberto Castello Branco. Como os interesses corporativistas contrariados são fortes em qualquer privatização, o ministro do STF Ricardo Lewandowski, atendendo a pedido de sindicatos, concedeu liminar obrigando permissão do Legislativo para essas operações. Em algum momento precisará ser derrubada, para não atrasar o ajuste.

Castello Branco assume cauteloso. Já defendeu no passado a privatização da estatal, mas, agora, compreensivelmente, foge do assunto. O próprio Bolsonaro admite privatização apenas de “partes” da empresa. Os militares são conhecidos pelo nacionalismo atávico. O general Morão, o vice, é mais direto ao ser contrário à venda do núcleo da empresa, a exploração e produção. Faz sentido que projetos já em estudos de privatização da BR Distribuidora e de refinarias — essencial para a tão reivindicada injeção de concorrência no mercado de combustíveis — tenham prioridade. Não se deve, porém, esquecer que o essencial é tirar o país da armadilha fiscal em que foi jogado. Disso depende a redução do ônus da dívida sobre a sociedade. Se, para isso, for necessário vender toda a Petrobras, que assim seja.

VEÍCULO: O Globo

Data: 21/11/2018

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca E Gabriela Valente

Título: Senado aprova regra para quem desistir de imóvel na planta

Projeto que regulamenta distrato é uma das poucas medidas consideradas prioritárias pela equipe econômica que devem avançar no Congresso este ano

BRASÍLIA- O Senado aprovou ontem o texto-base do projeto de lei que regulamenta o distrato (situação em que um cliente desiste da compra do imóvel na planta). A votação das emendas ficou marcada para hoje e, dependendo do resultado, o texto precisa retornar ao plenário da Câmara dos Deputados antes de seguir para sanção.

A medida é considerada importante para dar mais segurança jurídica ao mercado imobiliário. Ela prevê que, em caso de desistência, o comprador tem o direito de receber apenas 50% do valor desembolsado para a construtora.

A medida vale para os empreendimentos enquadrados no regime de patrimônio de afetação (os recursos da obra são segregados do patrimônio da construtora), que tem como objetivo garantir a continuidade e a entrega das unidades em construção, em caso de problemas financeiros.

Hoje, como não há uma lei que defina os parâmetros para os casos de desistência de compra do imóvel, a questão é decidida na Justiça, com resultados mais favoráveis aos clientes. Os valores a serem retidos pelas construtoras ficam entre 10% e 25%, nestes casos.

O distrato é uma das poucas medidas da agenda micro econômica que deve avançar no Congresso este ano por causa da falta de clima político. Dos seis projetos listados como prioritários pela atual equipe econômica, apenas três têm chances reais de aprovação até o fim de 2018: a proposta que abre caminho para um megaleilão de petróleo do pré-sal (com potencial de arrecadação de R\$ 100 bilhões), o Orçamento de 2019 (que tem prazo para ser votado), além do distrato.

Sofrem resistência, por exemplo, a matéria que trata de autonomia do Banco Central (BC), que ainda ensaia os primeiros passos na Câmara, e o cadastro positivo (que há meses aguarda a votação de nove destaques) pela Casa. O projeto que trata da relação financeira entre o Tesouro Nacional e o BC e fecha as brechas para as chamadas pedaladas fiscais ainda não saiu das comissões do Senado.

Ao menos três fatores conspiram contra a aprovação dos projetos. Um deles é a eleição para a presidência da Câmara, com a pulverização de candidaturas e determinação do atual presidente Rodrigo Maia em disputar a reeleição. Ele já assumiu o compromisso de não pautar matérias polêmicas com os partidos da oposição em troca de votos. No Senado, o presidente Eunício Oliveira, derrotado nas eleições, tem demonstrado disposição de pautar apenas pautas indispensáveis como o da cessão onerosa e o Orçamento de 2019.

MEGA leilão DO PRÉ-SAL

Há ainda a dificuldade do ministro extraordinário da transição, deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), em fazer a interlocução com o Congresso, e a falta de capacidade do atual governo em mobilizar a base. O tempo de trabalho que resta aos parlamentares, de quase um mês, é outro problema.

— Rodrigo Maia está em rota de colisão com o novo governo, que não apoia a sua reeleição — disse o deputado Júlio Delgado (PSB-MG).

O líder do PT, Carlos Zarattini (SP), emendou: — O cadastro positivo, por exemplo, não passa. Até porque 60 milhões de devedores podem ser prejudicados.

Para Orlando Silva (PCdoB-SP), o problema maior é a falta de capacidade do atual governo em mobilizar a base para votar matérias polêmicas: — O governo tem demonstrado ser incapaz de formar uma maioria para votar qualquer matéria.

Para dois deputados veteranos da tropa de choque de Temer, Beto Mansur (MDB-SP) e Pauderney Avelino (DEM-AM), as eleições são os principais complicadores, sobretudo a da presidência da Câmara dos Deputados.

O projeto que abre caminho para o megaleilão do pré-sal, que já passou pela Câmara, deverá ser votado pelo plenário do Senado na próxima semana, conforme acertado com os líderes dos partidos. Ele tem o apelo da promessa do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, em dividir parte dos recursos arrecadados com os governadores.

VEÍCULO: O Globo

Data: 21/11/2018

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Governadores eleitos querem nova divisão de recursos

Partilha de receita de megaleilão proposta por Paulo Guedes reabre debate sobre a distribuição de royalties, que prejudicaria Rio

BRASÍLIA- Em meio à grave crise financeira dos estados, os governadores eleitos apostam nas receitas com petróleo para aliviar as contas no próximo ano. Depois da promessa do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, de repartir com as unidades da federação e os municípios um percentual da arrecadação que será obtida com um mega leilão de petróleo na camada pré-sal,

governadores e prefeitos partem agora para tentar obter uma fatia maior dos royalties obtidos com a exploração de petróleo.

Com o aumento da produção nacional, a alta do preço do barril de petróleo e do dólar, a previsão é que a arrecadação total com royalties e participações especiais chegue a quase R\$ 70 bilhões em 2019, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Com esse cenário, governadores e prefeitos de estados não produtores pressionam o Supremo Tribunal Federal (STF) a julgar rapidamente uma decisão da ministra Cármen Lúcia que barrou a redistribuição dessa receita.

Uma lei aprovada em 2012, suspensa em parte pela ministra em março do ano seguinte, aumenta o repasse de dinheiro para estados e municípios não produtores e diminui de maneira significativa a parcela destinada aos locais onde há extração.

A eventual derrubada da liminar da ministra afetaria principalmente o Rio, maior produtor de petróleo do país. O estado tem no produto uma das principais fontes de receita para atravessar agrave crise que levou o Rio a entrar no Regime de Recuperação Fiscal. Agora, pode ver sua arrecadação despencar, caso a decisão da ministra seja revertida.

O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), contou que se reuniu há duas semanas, junto com outros governadores, com o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, e com Cármen Lúcia para pedir pressa na votação da liminar pelo plenário da Corte. Segundo o governador petista, Toffoli e Cármen se comprometeram a colocar o assunto em votação no primeiro semestre do próximo ano.

PEZÃO CRITICA A PROPOSTA

Interlocutores de Toffoli, no entanto, garantem que ele não se comprometeu com uma data de julgamento perante os governadores, mesmo porque o processo não foi liberado pela relatora. Ele ficou de conversar com a colega para definir qual o melhor momento de levar o caso ao plenário.

O governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, por sua vez, criticou duramente as tentativas de reviver as discussões sobre a distribuição de royalties de petróleo. Ele culpa a volta desse debate à alta do preço internacional do produto. E diz que, quando a commodity estava em baixa, quem sofreu foi o Rio.

— Se a liminar cair, a gente tem que fechar aqui e entregar a chave para Brasília. Não tem outra saída. Tirar royalties do estado seria o maior crime que se possa cometer contra o Rio. Dividir é ridículo, não vai ajudar nenhum estado, município, e vai quebrar o Rio e o Espírito Santo — disse Pezão.

Um estudo da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que faz lobby pela redivisão, aponta que R\$ 50,5 bilhões deixaram de ser distribuídos entre 2013 e 2018 para regiões não produtoras. Se a lei de 2012 estivesse em vigor, esse valor teria deixado de entrar, principalmente, nos cofres estaduais e de cidades de Rio, São Paulo e Espírito Santo. Nos municípios, os maiores prejudicados teriam sido Campos dos Goytacazes, Maricá, Macaé, Niterói, Ilha Bela (SP) e Presidente Kennedy (ES).

Para o caso da divisão do dinheiro do megaleilão de petróleo do pré-sal, o professor do IBRE/FGV e do IDP José Roberto Afonso alerta que ainda é preciso conhecer a proposta do novo governo. Segundo ele, faltam detalhes cruciais, como qual será o critério de rateio dos recursos entre os estados e os municípios.

(Colaborou: Carolina Brígido)

VEÍCULO: O Globo

Data: 21/11/2018

Seção: Economia

Autor: Marcelo Corrêa, Mateus Coutinho E Martha Beck

Título: Paulo Guedes vai criar secretaria dedicada a plano de privatizações

Estrutura fortalecerá a pasta do "superministro". Hoje, venda de ativos é coordenada pelo Planalto e pelo BNDES

BRASÍLIA- O governo Jair Bolsonaro terá uma secretaria de Privatizações, responsável pela implementação do amplo programa de desestatização que o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, pretende executar. Ela ficará sob o guarda-chuva do próprio Guedes, fortalecendo ainda mais a pasta do "superministro". Hoje, as privatizações são coordenadas pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), subordinado à Secretaria-Geral da Presidência da República, e pelo BNDES.

A criação da secretaria foi confirmada ontem por Guedes, que, no entanto, não detalhou o que acontecerá com o PPI a partir de janeiro nem como será o papel do BNDES nas privatizações. O futuro presidente do banco, Joaquim Levy, tem como uma de suas missões trabalhar na venda de estatais. Guedes também não citou quais companhias serão as primeiras a entrar no programa de privatização.

O superministro de Bolsonaro se reuniu ontem com o economista Roberto Castello Branco, escolhido para comandar a Petrobras no novo governo. A

empresa está na mira do programa de desestatização, mas Castello Branco evitou falar no assunto.

— Agora é a pré-temporada, o campeonato mesmo começa em janeiro — desconversou, ao chegar para o encontro com Guedes.

Castello Branco disse apenas que a prioridade da estatal deve ser acelerar a exploração dos campos do pré-sal. Indagado sobre a possibilidade de a União partilhar com estados e municípios a receita decorrente de um megaleilão do pré-sal, que pode proporcionar arrecadação de R\$ 100 bilhões, o escolhido para comandar a Petrobras disse que isso é assunto do Executivo: — Isso não é função da Petrobras.

Guedes voltou a afirmar que ainda não definiu o comando de outras estatais, como Banco do Brasil. Um dos cotados para o cargo é o atual presidente da Petrobras, Ivan Monteiro. O futuro ministro também reafirmou que não haverá aumento de impostos, quando perguntado por jornalistas: — Não, aumento de imposto não. De jeito nenhum.

CRESCIMENTO DE 5%

Ontem, em reunião da equipe de transição, o futuro ministro discutiu o plano de desestatização e também o programa do governo para as áreas de desenvolvimento, produtividade e emprego. As metas da equipe incluem fazer com que a economia brasileira cresça a uma taxa de 5% a partir de 2020, gerando 10 milhões de empregos e avançando 30 posições no ranking de competitividade do Banco Mundial.

Responsável pela formulação de medidas nesse sentido, o economista Carlos da Costa afirmou que a ideia é implantar o que chamou de "Estado liberal desenvolvimentista", no qual o governo criaria as condições para que o setor privado faça investimentos e crie postos de trabalho.

— O Brasil tem uma vastidão de oportunidades de geração de empregos e total condição de crescer a uma taxa de 5% ao ano. Com uma agenda de aumento da produtividade, o crescimento virá pelo lado da oferta, sem gerar inflação — disse Costa, acrescentando: — Estamos falando de um Estado liberal desenvolvimentista.

Segundo ele, não se trataria de "um Estado ausente, como alguns dizem".

— É um Estado que dá as condições para o setor privado crescer. Como liberais, somos defensores da liberdade das empresas para investir, para contratar — completou.

BAIXA PRODUTIVIDADE

Segundo Costa — cotado para comandar uma das secretarias que ficarão sob o guarda-chuva de Guedes —, a agenda tem quatro diretrizes: desenvolver os mercados de capitais, de trabalho e de intangíveis (valor agregado que os produtos adquirem por meio do desenvolvimento de marcas, pesquisas ou canais de distribuição) e promover uma abertura gradual e negociada da economia.

Ele lembrou que o Brasil tem hoje 25% da produtividade do trabalho observada no mercado americano. Isso é resultado de um custo de crédito elevado, do custo da mão de obra e da alta carga tributária. Mas ele aposta que a agenda de reformas do governo Bolsonaro pode fazer com que essa produtividade cresça ao menos 20% em um período de 4 a 6 anos.

Costa disse apostar em crescimento de 3,5% para a economia já em 2019. Mas ressaltou que todo o trabalho feito para aumentar a produtividade e a competitividade só será eficiente se vier acompanhado de ajuste fiscal. É por isso que o foco está hoje em fazer avançar a reforma da Previdência e em zerar o déficit das contas públicas, explicou Costa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/11/2018

Seção: Opinião

Autor: Julio Wiziack

Título: Reformar ou governar?

Brasília- Jair Bolsonaro se elegeu presidente prometendo acabar com o velho jeito de se fazer política, mas, sem quadros para montar seu governo, pode ter o discurso arruinado pelas articulações do deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), futuro ministro da Casa Civil.

O congressista tenta emplacar o ministro da Infraestrutura, afastando militares próximos a Bolsonaro.

Há 15 dias, o vice-presidente, general Hamilton Mourão, um dos responsáveis por esse tema, entregou para o presidente eleito o nome para ocupar o **Ministério de Minas e energia**. Onyx tenta viabilizar sua própria indicação, costurada depois de conversas com o MDB do presidente Michel Temer.

Na saúde e na educação não é diferente. Na economia, reduto do futuro ministro Paulo Guedes, as ingerências políticas também marcam presença.

Enquanto Guedes pretende agregar o Ministério de Indústria e Comércio à pasta da Economia (além da Fazenda e do Planejamento), Onyx conquista apoio da ala evangélica para mantê-lo independente e, provavelmente, com um ministro indicado pela bancada. Em troca, barganha apoios contra a reeleição de Rodrigo Maia (DEM-RJ) à presidência da Câmara.

Onyx conduz a transição.

A realidade tem sido um exercício difícil e Bolsonaro já percebeu que seu discurso não poderá ser plenamente concretizado. Se não prestar atenção ao que ocorre na sua cozinha, dará margem para que o toma-lá-dá-cá, que ele tanto condenou na campanha, continue em prática.

Na esfera administrativa, emissários de Temer que ajudam na transição evocam a reforma implementada pelo então ministro de Fernando Henrique Cardoso Luís Carlos Bresser Pereira.

Quem participou lembra que a transferência de uma simples secretaria para outro ministério levou três meses e arremata com uma frase do ex-ministro: "Um presidente precisa escolher entre fazer uma reforma administrativa e governar".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/11/2018

Seção: Mercado

Autor: Talita Fernandes e Gabriela Sá Pessoa

Título: Prioridade da Petrobras será exploração do pré-sal, afirma Castello Branco

Escolhido para presidir a Petrobras no governo de Jair Bolsonaro, Roberto Castello Branco afirmou nesta terça-feira (20) que a estatal terá como prioridade a exploração do pré-sal.

"O foco da Petrobras deve ser na aceleração da exploração do pré-sal", disse ao deixar o CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), onde funciona o gabinete do governo de transição.

O futuro presidente da petroleira evitou comentar quais segmentos da empresa podem passar por privatização. Segundo ele, o modelo a ser adotado ainda está em discussão.

“Ao longo de novembro, dezembro [se definirá o modelo] para chegar em janeiro pronto para enfrentar os desafios. Agora é a pré-temporada, o campeonato só começa em janeiro.”

Nesta segunda-feira (19), logo após o anúncio de que comandaria a Petrobras a partir de 2019, Castello Branco afirmou que a privatização da estatal não estava em questão, mas admitiu a possibilidade de desestatizações em algumas áreas, como distribuição de combustíveis e refino.

Ele evitou falar sobre o projeto da cessão onerosa, cuja votação estava prevista para esta terça no Senado. “Está em discussão ainda.”

O projeto de lei em debate no Congresso autoriza a Petrobras a abrir mão da exclusividade da exploração de petróleo em áreas sobressalentes da região chamada de cessão onerosa, hoje exclusiva da estatal.

Segundo cálculos da equipe econômica, os leilões poderiam gerar R\$ 100 bilhões em receitas para a União.

Já o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), que se comprometeu com o próximo governo a dar celeridade ao projeto, disse que o valor a ser arrecadado pode ser ainda maior e chegar a R\$ 120 bilhões, R\$ 130 bilhões.

Questionado sobre o compromisso de partilhar os recursos da cessão onerosa com Estados e municípios, assumida pelo futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, Castello Branco disse que essa é uma atribuição do governo.

“Isso não é função da Petrobras. Isso é uma questão do governo. Decisão do Executivo, não é da empresa.”

Escolhido por Paulo Guedes, Roberto Castello Branco é professor da FGV (Fundação Getúlio Vargas), onde ocupa o cargo de diretor do Centro de Estudos em Crescimento e Desenvolvimento Econômico.

Tem pós-doutorado pela Universidade de Chicago e é ex-diretor do Banco Central e da Vale.

Ele chegou ao conselho da Petrobras em 2015 por indicação do ex-presidente da mineradora, Murilo Ferreira, que havia sido nomeado por Dilma Rousseff para presidir o conselho da petroleira estatal.

Deixou a empresa no ano seguinte com críticas ao ritmo das mudanças na estatal, que vivia momento agudo da crise pós-Lava Jato. Considerava que as propostas de reestruturação interna e de venda de ativos eram tímidas.

É amigo de Guedes desde a década de 1980, quando este presidiu o Ibmec, rede ensino que fundou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/11/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Energia eólica atinge o equivalente a uma Itaipu no Brasil

A energia eólica ultrapassou a marca de 14,34 GW (gigawatts) de capacidade instalada no Brasil, patamar equivalente a uma usina de Itaipu —a segunda maior hidrelétrica do mundo.

Ao todo, são 568 parques eólicos, em 12 estados do país. A energia gerada nos últimos 12 meses é suficiente para abastecer 25 milhões de residências por mês, ou cerca de 75 milhões de brasileiros, segundo a Abeeólica (Associação Brasileira de energia Eólica).

A fonte tem vivido um crescimento exponencial desde 2009, estimulada por leilões do governo federal para contratar novas usinas.

A expansão deve continuar. Contando os empreendimentos contratados nos últimos leilões, a projeção é que até 2024 a energia eólica atinja ao menos 18,8 GW de capacidade instalada.

“Em 2019, vamos atingir a segunda posição na matriz elétrica brasileira. Em janeiro, vamos alcançar uma participação maior que a das usinas a biomassa, hoje a segunda maior fonte atrás das hidrelétricas”, afirma Elbia Gannoum, presidente da Abeeólica.

“A expansão eólica no Brasil é um caso de sucesso. Há dez anos, havia poucos investidores. Hoje, todas as grandes empresas têm usinas”, afirma Thais Prandini, diretora-executiva da consultoriaThymos.

No entanto, para além da comemoração, a marca acende um alerta. O motivo é a característica variável da fonte, cuja geração depende dos ventos, que não são constantes.

Em setembro, a geração das usinas eólicas chegou a responder por 13,98% de toda a energia gerada, um patamar recorde. Porém, nesse mesmo mês, a fonte chegou a ocupar a parcela mínima de 1,1%.

“Chegou o momento de se discutir mais formas de garantir a segurança elétrica do país”, diz Gannoum.

As soluções possíveis para essa questão são diversas e, hoje, são alvo de discussões acaloradas entre representantes do setor elétrico.

Para Prandini, da Thymos, é importante diversificar a matriz elétrica para minimizar os riscos de cada fonte. “Uma solução seriam fazer projetos híbridos, com usinas com mais de uma fonte. Ou até mesmo pensar em baterias”, diz.

O avanço da fonte eólica também levanta outro debate: o fim de subsídios dados pelo governo federal para ajudar na consolidação da fonte no país, e que hoje não seriam mais necessários.

Gannoum concorda com a revisão dos benefícios, que incluem, por exemplo, isenções nas tarifas de transmissão e distribuição de energia, que são repassados à conta de luz. Ela defende, porém, que o corte dos subsídios só ocorra caso outras fontes beneficiadas, como a solar, também percam seus incentivos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/11/2018

Seção: Mercado

Autor: Taís Hirata

Título: Concluir usina de Angra 3 elevaria a conta de luz em pelo menos R\$ 6,6 bi

Para consultoria, preço da energia tornou projeto ruim para consumidor; TCU já investiga custos da retomada

Estudos da consultoria PSR, uma das mais respeitadas do país na área de energia, analisaram o impacto de diferentes fontes sobre a conta de luz e chegaram à conclusão que a retomada das obras da usina nuclear de Angra 3 sairá mais cara para o consumidor do que abandonar o projeto.

O investimento em energia nuclear é considerado estratégico por boa parte dos militares, e o interesse em concluir Angra 3 já foi sinalizado pela equipe do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL).

O levantamento da PSR sobre Angra3 mediu o efeito sobre a conta de luz ao longo de 35 anos. Para dimensionar o impacto, o estudo mostra que se Angra 3 fosse substituída por projetos de energia solar no Sudeste — que são até mais

caros que outras fontes como hidrelétricas, eólicas e algumas térmicas — haveria uma economia de R\$ 6,6 bilhões.

Angra 3 começou a ser construída nos anos 1980. Após décadas de paralisação, o projeto foi retomado em 2010 e novamente suspenso em 2015, com 60% das obras finalizadas.

A usina foi alvo da Operação Lava Jato e suspeitas de irregularidades em seus contratos levaram até à prisão do presidente da Eletronuclear.

Finalizar a obra custaria cerca de R\$ 17 bilhões, abandoná-la, R\$ 12 bilhões — considerando os custos para quitar empréstimos, desmontar a estrutura, ressarcir contratos rompidos e pagar dívidas.

Para os defensores do projeto, a diferença “relativamente pequena” tornaria o custo-benefício favorável à conclusão.

Ocorre que a conta para os consumidores vai ser bem maior. Em outubro, CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), um comitê do governo, acatou pedido da Eletrobras e praticamente dobrou o preço da energia de Angra 3 para R\$ 480 por MWh (megawatt-hora).

Analistas envolvidos na retomada do projeto vinham afirmando que o valor anterior era muito baixo e que, sem uma alta, seria inviável retomar as obras.

O diretor da PSR Bernardo Bezerra questiona essa lógica. “Deveriam concluir a obra de Angra 3 se fosse mantida a tarifa anterior [de cerca de R\$ 240]. Se essa tarifa torna a usina inviável, é melhor parar a obra, pagar o custo necessário e adotar a solução mais atrativa ao consumidor”, diz.

Para mostrar o efeito financeiro sobre a conta de luz dos brasileiros, a consultoria contabilizou o gasto para desativar Angra 3 e os custos para erguer e operar projetos solares, somou tudo, e concluiu que haveria uma economia de R\$ 6,6 bilhões.

“Usamos a energia solar apenas como exemplo, poderia ser outra fonte”, diz Bezerra.

Um analista do setor, que preferiu não se identificar para não entrar em polêmicas com órgãos estatais, concorda que há alternativas mais baratas para os consumidores. Destaca que opções com características semelhantes à energia nuclear, como térmicas movidas a gás natural, seriam mais econômicas.

A vantagem de Angra 3, segundo ele, seria de outra natureza: o desenvolvimento de tecnologia nuclear nacional, considerada estratégica por alguns.

Para Raphael Gomes, sócio da área de energia do Demarest, a fonte nuclear traz vantagens importantes: não polui e dá segurança ao sistema elétrico do país. No entanto, o novo preço é questionável.

“Retomar a obra seria importante, mas não a esse custo, muito acima das usinas que têm sido contratadas nos leilões recentes”, afirma.

Para ele, além do preço, o modelo de contratação, que prevê que os custos sejam integralmente repassados à conta de luz, poderia ser revisto.

“Poderiam estudar soluções criativas. Por exemplo, fragmentar o projeto e deixar uma parte da usina participar de leilões, ou vender energia no mercado livre [para grandes empresas, que comprem em um mercado diferente dos consumidores residenciais]. É possível pensar em alternativas para reduzir o repasse ao consumidor”, afirma.

O TCU (Tribunal de Contas da União) também ficou preocupado com os custos. Abriu uma auditoria para analisar os critérios de retomada das obras e seus efeitos sobre os custos finais. A previsão é que essa análise seja concluída em março de 2019.

Procurado para comentar, o **Ministério de Minas e energia** não quis se manifestar.

A Eletrobras afirmou, em nota, que não vai comentar o assunto no momento.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/11/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Enel prevê investir R\$ 3,2 bi na Eletropaulo até 2021

A Enel deverá investir € 750 milhões (R\$ 3,2 bilhões) na Eletropaulo entre 2019 e 2021, afirmou o diretor financeiro da empresa italiana, Alberto De Paoli, em evento para investidores nesta terça-feira (20), em Milão.

A companhia comprou a operação paulista no primeiro semestre deste ano por R\$ 5,5 bilhões e se tornou a maior distribuidora do Brasil.

Os investimentos devem ser destinados a reduzir despesas, especialmente o custo operacional por cliente. A meta é cortar 30% desse custo até 2021, para que se aproxime do valor alcançado na Enel Distribuição Ceará.

O custo operacional por cliente da Eletropaulo atualmente é de € 62 (R\$ 266), quase o dobro da operação cearense, de € 36 (R\$ 154) por usuário.

Há ainda o objetivo de elevar os indicadores de qualidade da Eletropaulo, o que, para a empresa, se traduz em recompensas nas renegociações tarifárias.

Em todo o país, os investimentos da Enel devem somar € 4 bilhões (R\$ 17,2 bilhões) entre 2019 e 2021. O volume é mais que o dobro do que havia sido planejado para o período de 2018 a 2020, de € 1,8 bilhões (R\$ 7,7 bilhões).

Além dos investimentos nas distribuidoras, que deverão somar € 2,2 bilhões (R\$ 9,5 bilhões), outros € 1,6 bilhões (R\$ 6,7 bilhões) serão destinados a projetos de energia renovável.

A empresa reduziu, porém, o seu interesse por novas aquisições no país, diz o presidente da Enel, Francesco Starace.

“Nosso apetite para novas aquisições neste momento está limitado”, afirmou. “Vamos estar ocupados trabalhando dentro das aquisições da Eletropaulo e da Celg [distribuidora de Goiás comprada em 2016], finalizando a reestruturação e depois na modernização dos ativos.”

Starace diz estar otimista com o governo eleito de Jair Bolsonaro (PSL). “Temos altas expectativas de que o novo governo irá reestabelecer o crescimento da economia brasileira com um mix de privatizações e reformas”, afirmou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/11/2018

Seção: Mercado

Autor: Laís Alegretti, Mariana Carneiro e Gustavo Uribe

Título: Guedes confirma a criação da secretaria de privatizações

Futuro ministro da área econômica, Paulo Guedes confirmou nesta terça-feira (20) que criará uma secretaria de privatizações. Ela terá a missão de coordenar a venda de ativos estatais, como imóveis e terrenos públicos, no governo Jair Bolsonaro.

Um dos pilares da gestão econômica do novo governo é tornar a estrutura estatal mais enxuta e eficiente, inclusive com a venda de bens.

Guedes não deu detalhes sobre a estrutura da secretaria, que ficará vinculada ao Ministério da Economia. Hoje, ela é de atribuição do Planejamento.

A secretaria também deverá supervisionar a gestão e os investimentos das estatais que permanecerem na carteira do governo federal.

A equipe de transição ainda discute o que acontecerá com o PPI (Programa de Parcerias e Investimentos), hoje ligado à Presidência da República, e responsável por coordenar as concessões de infraestrutura.

O desenho discutido nesta terça-feira indica que o PPI ficará sob o comando do vice, general Hamilton Mourão, ou de um nome indicado por ele. A secretaria terá a responsabilidade de coordenar as privatizações de estatais, a venda de participações e também as concessões de infraestrutura.

Desde a campanha eleitoral, Guedes tem defendido a privatização de estatais como forma de fazer caixa e reduzir o endividamento público do país. Ele chegou a declarar, em entrevista, que há cerca de R\$ 1 trilhão em ativos a ser privatizados.

O tema foi assunto que Guedes tratou em outros gabinetes em Brasília, nesta terça.

Em reunião com o chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, e os ministros do governo Michel Temer ligados à infraestrutura, ele recebeu informações da atual administração sobre obras inacabadas, status de distribuidoras de energia à venda (do Amazonas e de Alagoas), rodovias que devem ser relicitadas e contratos de ferrovias que podem ser renovados.

Em almoço com os presidentes do STF (Supremo Tribunal Federal), Dias Toffoli, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), João Otávio de Noronha, e do TCU (Tribunal de Contas da União), Raimundo Carrero, falou da necessidade de diminuir o tamanho do Estado e reduzir a dívida.

Na saída, Noronha disse a jornalistas que o Judiciário não se oporá à agenda de privatizações do governo Bolsonaro.

“Essa não é uma questão do Judiciário. O Judiciário cumpre a lei, não formula políticas econômicas. Se vier uma lei que manda privatizar terá que cumpri-la, não podemos nem ser contra nem a favor”, afirmou.

O assunto também foi tema de reunião de Guedes com a equipe econômica de transição, no CCBB, 1 local de reunião da equipe de transição, durante toda a tarde.

Ao chegar ao gabinete de transição, nesta terça, ele sinalizou que o nome do próximo presidente do Banco do Brasil ainda não está fechado, apesar do atual presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, ser um dos cotados.

Ex-diretor do BNDES e integrante da equipe, Carlos da Costa afirmou que as privatizações tendem a aumentar o PIB potencial do país. Aliado a outras medidas que ampliem a eficiência da economia, o país poderia crescer 5% em 2020, em sua previsão. “Estatais reduzem a produtividade dos países, com decisões que não necessariamente estão em linha com os consumidores, acionistas, com a sociedade como um todo, então é natural que privatizações aumentem nosso PIB potencial, um dos principais objetivos do nosso governo”, afirmou.

Segundo ele, uma das equipes do grupo de transição está avaliando quais ativos devem ser privatizados.

“Isso gera emprego, prosperidade, riqueza que o Brasil merece depois de tantos anos de recessão”, afirmou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/11/2018

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack e Fábio Fabrini

Título: Cade deve aprovar acordo para perdoar R\$ 800 mi a empreiteiras da Lava Jato

O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) deve aprovar nesta quarta-feira (21) acordo que prevê perdão de ao menos R\$ 800 milhões a cinco empreiteiras que participaram de cartel em obras investigadas pela Operação Lava Jato.

Relatório da Superintendência-Geral do Cade, que será levado a julgamento dos conselheiros, propõe o pagamento de R\$ 898 milhões em multas por Odebrecht, OAS, Carioca, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa. Técnicos do órgão, porém, sustentam que o valor deveria ser de, no mínimo, o dobro, se levada em conta a vantagem financeira obtida pelas construtoras com o esquema criminoso.

O valor pode ser ainda menor se aplicada uma cláusula especial do acordo que prevê que a dívida com o Cade pode ser abatida até o limite de 15% caso as signatárias sejam acionadas na Justiça e obrigadas a reparar danos diretamente a empresas lesadas pelo cartel.

O acordo é o mais vantajoso já negociado pelo Cade. O pagamento poderá ser parcelado em 20 anos — em geral, o limite é de quatro.

Refere-se às fraudes em licitações para obras de plataformas da **Petrobras**, da construção da sede da estatal em Vitória e da montagem eletro-mecânica da usina de Angra 3.

Também engloba as concorrências para empreendimentos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) das Favelas, no Rio, de estádios da Copa de 2014 e da estrutura das ferrovias Norte-Sul e de Integração Leste-Oeste.

A previsão é que a proposta seja aprovada por 5 votos a 2. Se passar, as empresas ficam obrigadas a cessar condutas anticompetitivas, além de pagar o valor definido no julgamento. As empreiteiras, ao longo do processo, reconheceram a prática dos ilícitos.

Empresas que não assinaram o acordo poderão ser julgadas pelo Cade caso o processo que está na superintendência seja enviado ao conselho. O rompimento do acordo fará com que elas voltem a responder o processo, podendo sofrer sanções mais severas.

A superintendência defende os descontos como forma de estimular as reparações civis, uma indústria que em países como EUA acaba multiplicando as multas aplicadas pelos órgãos de defesa da concorrência. Isso porque as provas de um cartel ficam disponíveis para civis lesados abrirem ações de indenização. Por isso, as multas aplicadas não são tão elevadas nos EUA.

Atualmente existem mais de 50 processos decorrentes da Lava-jato no Cade, que só analisa a conduta de cartel. Muitas dessas obras estão sendo investigadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), cujo foco é a devolução integral dos recursos desviados. No caso de Angra 3, as empresas foram condenadas a ressarcir a União em R\$ 1,6 bilhão.

Segundo o presidente do Cade, Alexandre Barreto, o conselho pretendia introduzir esse conceito no país e já tinha modificado o arcabouço legal para que a medida fosse implementada.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 21/11/2018****Seção: Economia****Autor:****Título: Sócios já gastaram R\$ 13 bilhões com Belo Monte, o dobro do previsto**

Energia. Maior hidrelétrica em construção no País deve ser concluída no fim do ano que vem, a um custo total de R\$ 40 bilhões, e pode precisar de mais recursos dos sócios, entre eles Vale, Cemig, Eletrobrás e fundos de pensão; eles estimavam aportar R\$ 6,5 bi

Renée Pereira

Desde que foi iniciada em junho de 2011, a construção da Hidrelétrica Belo Monte já exigiu R\$ 13 bilhões de aportes de seus sócios – o dobro do previsto inicialmente: R\$ 6,5 bilhões. Até o fim do ano que vem, quando a maior usina em obra no País será concluída, é possível que a administração da hidrelétrica precise de mais recursos para finalizar o projeto. Além do bloco estatal (49,98%), formado por Eletrobrás, Chesf e Eletronorte, Belo Monte tem como sócios a Cemig, Light, J Malucelli energia, Vale, Sinobrás, Neoenergia e os fundos de pensão Petros (de funcionários da Petrobrás) e Funcef (da Caixa). Para construir a hidrelétrica, além dos R\$ 13 bilhões aportados pelos sócios, o BNDES financiou outros R\$ 27 bilhões, que serão pagos pela concessionária com a receita da hidrelétrica.

O custo da usina, no entanto, foi subindo ao longo da obra por questões ambientais e sociais e não teve contrapartida do banco de fomento. Por isso, os sócios tiveram de colocar mais dinheiro na obra. O custo total até agora, corrigido pela inflação e com juros, é de R\$ 40 bilhões. Agora, na reta final, a empresa ainda tem de resolver questões importantes para o equilíbrio financeiro da usina, de 11.233 megawatts (MW), no Rio Xingu (PA). No mês passado, a Norte energia – concessionária que administra a hidrelétrica – perdeu uma arbitragem contra a Eletrobrás que envolve mais de 2 mil MW. Os sócios da usina entendiam que a estatal tinha a obrigação de comprar os 20% de energia destinada ao mercado livre por todo o tempo da concessão, por R\$ 130 o MWh (hoje atualizados para R\$ 217). A Eletrobrás, sob o comando de Wilson Ferreira Jr., não concordou com essa condição.

O processo, então, foi parar numa câmara de arbitragem, que deu decisão favorável à estatal em outubro. Agora a Norte energia precisa encontrar um rumo para essa capacidade disponível. “Neste momento estamos fazendo estudos, simulações e definindo políticas de comercialização dessa energia no

mercado”, afirma o presidente da concessionária, Paulo Roberto Ribeiro Pinto. Isso significa decidir quanto a empresa vai vender agora, por quanto tempo e se algum sócio vai querer parte dessa energia. Segundo o executivo, não é fácil colocar energia no mercado livre no longo prazo – às vezes, nem é conveniente por causa das fortes oscilações. Ele garante, no entanto, que até o fim do ano o assunto estará resolvido.

Até setembro, a usina estava com 97,95% das obras concluídas. No próximo dia 10 deve entrar em operação mais uma turbina, somando 17 máquinas em funcionamento, com capacidade para 7,5 mil MW. Restarão apenas sete turbinas para concluir todo o projeto. Uma fonte próxima a um dos sócios de Belo Monte destacou que a expectativa é que a última máquina entre em funcionamento em outubro de 2019. Resultado. Como resultado da entrada em operação das turbinas, a receita bruta de Belo Monte aumentou 79% neste ano, de R\$ 2,1 bilhões em setembro de 2017 para R\$ 3,7 bilhões. No período, a usina conseguiu reverter prejuízo de R\$ 91 milhões até setembro do ano passado para lucro de R\$ 791 milhões este ano.

Apesar disso, de acordo com notas explicativas do balanço, a companhia tem um capital circulante líquido negativo (ativo menor que o passivo) de R\$ 2,8 bilhões – o que significa que ainda serão necessárias “quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da construção de Belo Monte”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/11/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Queda da Bolsa nos EUA reforça temor com a economia

Com baixa de ontem, Dow Jones e S&P zeraram ganhos do ano; maiores perdas foram registradas nos setores de varejo e energia

As bolsas norte-americanas recuaram pelo segundo dia consecutivo ontem. Entre os motivos que levaram ao mau humor dos investidores nos Estados Unidos estão a queda do preço do petróleo e a divulgação de resultados financeiros de redes varejistas, que vieram com lucro abaixo do esperado, alimentando a preocupação com o crescimento da economia. A cautela com as tensões comerciais entre Estados Unidos e China e os riscos para o crescimento global também estavam no radar. Com a queda registrada ontem, dois dos principais índices zeraram os ganhos em 2018. O Dow Jones caiu 2,21% no dia e agora acumula perda de 1,03% no ano.

O S&P 500, após cair 1,82%, está com queda de 1,18% em 2018. O único índice que continua em terreno positivo é o Nasdaq, apesar da desvalorização de 1,70% ontem. A fraqueza do setor de tecnologia vista no dia anterior se disseminou por outros setores. Entre as tecnológicas, a Apple caiu 4,79% – na segunda-feira a perda foi de quase 4%, depois de reportagem do Wall Street Journal falar em cortes na produção de iPhone. Microsoft teve baixa de 2,78% e Netflix cedeu 1,34%. No varejo, algumas notícias deixaram os investidores mais pessimistas. A varejista Target recuou 10,53%, após informar que enfrentará custos maiores com sua cadeia de fornecedores e salários de seus funcionários.

Ações do setor de energia também se saíram mal, em dia de queda de mais de 6% nos contratos de petróleo, diante do dólar valorizado, do menor apetite por risco e de notícias geopolíticas, como o apoio dos EUA ao governo da Arábia Saudita, que reduz a perspectiva de corte na oferta, segundo analistas. Os ativos brasileiros negociados no exterior também registraram perdas ontem – dia em que a B3 ficou fechada por causa do feriado da Consciência Negra em São Paulo. O EWZ, como é conhecido o maior fundo de índice ligado ao Brasil, com patrimônio de US\$ 7 bilhões, encerrou o pregão com queda de 3,36%.

Dólar. O dólar no Brasil terminou a terça-feira em queda de 0,12%, cotado a R\$ 3,75. A liquidez foi muito baixa e, sem referência do dólar no mercado futuro, por causa da B3, que permaneceu fechada, houve “pouquíssimos negócios”, segundo o especialista da Correpart, Ricardo Gomes da Silva Filho. No exterior, o dólar subiu ante a maioria das divisas de emergentes e países exportadores de commodities, em dia de preocupações renovadas sobre os rumos da economia mundial. A moeda também ganhou força ante divisas de países desenvolvidos e o índice DXY, que mede o dólar contra uma cesta de seis divisas fortes, subiu 0,69%. / GABRIEL BUENO DA COSTA, COM INFORMAÇÕES DA DOW JONES NEWSWIRES, e ALTAMIRO SILVA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/11/2018

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes Mariana Haubert

Título: Estados podem levar 20% do leilão do pré-sal

Municípios também seriam favorecidos em acordo que pode ser fechado hoje entre o presidente do Senado, Eduardo Guardia e Paulo Guedes

Os Estados e municípios poderão ficar com 20% dos recursos arrecadados com o megaleilão de petróleo do pré-sal, valor que pode ultrapassar R\$ 20 bilhões. O

acordo para a partilha do dinheiro do leilão deve ser fechado hoje entre o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes. Sem esse acordo, Eunício já avisou a Guardia e Guedes que o projeto de lei para a revisão do contrato de cessão onerosa da União com a Petrobrás não será aprovado na próxima terça-feira, dia 27. O leilão só pode ser realizado depois da assinatura da revisão do acordo. A divisão dos recursos arrecadados com o leilão funcionaria como um socorro emergencial para os Estados que passam por grave crise financeira. Os governadores eleitos já pediram à nova equipe a divisão dos recursos.

A reivindicação foi feita na semana passada, em reunião que contou com a presença do presidente eleito Jair Bolsonaro. Na semana passada, o trio já havia discutido essa questão. Agora, eles voltam a se reunir porque há duas propostas sobre a mesa. Uma é para que o repasse se dê em cima de 20% do que for arrecadado com o bônus de assinatura do contrato, um valor total estimado entre R\$ 100 bilhões e R\$ 130 bilhões. A outra opção é autorizar que 30% do fundo social sejam repassados para os Estados e municípios ao longo dos anos de exploração e produção. Essa segunda opção é a defendida por Guardia, como mostrou o Estado no sábado. Guardia defendeu que o socorro seja feito com contrapartida de medidas de ajuste fiscal.

De acordo com o líder do governo no Senado e também relator da proposta, Fernando Bezerra (MDB-PE), o atual governo do presidente Michel Temer já havia costurado um acordo para que fosse incluído no projeto o repasse do fundo social. Mas, em conversa com governadores na semana passada, Paulo Guedes afirmou que o futuro governo concordava com o repasse do porcentual do bônus de assinatura. Distribuidoras. Na semana passada, o Senado incluiu em um projeto – que obriga empresas distribuidoras de energia elétrica a pagar uma multa aos usuários em caso de interrupção de serviços – um dispositivo para destinar 50% dos recursos vindos da comercialização do petróleo do pré-sal, que iriam integralmente para o Fundo Social, para um outro fundo a ser criado.

Esse fundo destina recursos para a expansão de gasodutos e para os fundos de participação de Estados e municípios. O texto está na Câmara. “Não acredito que Estados e municípios vão trocar R\$ 20 bilhões por um número muito maior que será recebido ao longo de 10, 12 anos. É evidente que não vai ser bônus e fundo social. Vai ser uma coisa ou outra. E eu acredito que vai prevalecer o que foi construído aqui e acordado”, afirmou Bezerra. O senador defende ainda que a discussão sobre o projeto comece nesta quarta e a votação aconteça no dia 27, conforme combinado com outros líderes partidários.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 21/11/2018****Seção: Economia****Autor: Adriana Fernandes****Título: Ministério da Economia terá seis secretarias**

Primeiro esboço da Pasta que será comandada por Paulo Guedes foi desenhado nesta semana; equipe estuda uma Secretaria de Privatizações

A equipe de transição do governo de Jair Bolsonaro fez nesta semana um primeiro esboço do que deve ser o superministério da Economia, comandado por Paulo Guedes. A estrutura da nova pasta – resultado da fusão dos ministérios da Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio Exterior – prevê a criação de seis secretarias. Elas estão sendo estruturadas conforme os objetivos do futuro governo: privatizar, fazer o ajuste fiscal, avançar nas reformas microeconômicas, intensificar o comércio exterior e buscar a inovação tecnológica nas empresas e no próprio governo. Há, porém, muitas dúvidas quanto ao desenho final. Ontem, Guedes confirmou a criação de uma Secretaria de Privatizações. Mas, questionado se essa nova estrutura ficaria sob sua supervisão ou vinculada diretamente à Presidência da República, ele admitiu: “não sabemos.”

Tampouco está claro se ele terá uma espécie de vice-ministro ou três secretários executivos para supervisionar as seis secretarias, que ficarão um grau hierárquico abaixo. Na estrutura em discussão, o superministério poderá agregar áreas que estão com outras pastas. Por exemplo, a defesa da concorrência, hoje no Ministério da Justiça, e a estrutura que administra o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), hoje no Ministério do Trabalho. Além de uma secretaria que cuidará de privatização, desestatização e venda de imóveis do patrimônio da União, o modelo que está servindo de base para as discussões prevê uma Secretaria Econômica, voltada para o ajuste fiscal. Essa grande secretaria deverá reunir o Tesouro, a Secretaria de Política Econômica – hoje no Ministério da Fazenda – e a secretaria de Orçamento do Ministério do Planejamento.

Outra secretaria pode reunir a Receita Federal, Previdência Social e a área do Ministério do Trabalho que cuida do FAT. Segundo apurou o Estadão / Broadcast, uma quarta secretaria cuidará da modernização do Estado e governo digital, abocanhando áreas de tecnologia da informação, governo digital e gestão de pessoal da União. Outra secretaria vai fundir o comércio exterior, que está hoje no Mdic, com as áreas internacionais do Planejamento e da Fazenda. A sexta secretaria estará voltada para inovação tecnológica, competitividade,

produtividade e temas voltados à infraestrutura – áreas que são todas relacionadas à reforma microeconômicas e regulatórias que Guedes considera essenciais para acelerar os investimentos.

Após definir postos-chaves como o Banco Central, BNDES e Petrobrás, Guedes deu o pontapé inicial para fechar a estrutura do Ministério da Economia. Há urgência, pois sem formalizar o novo desenho num decreto, ele não poderá nomear seus principais assessores a partir de 1º de janeiro. A escolha dos nomes para compor a nova estrutura deve ocorrer após o futuro ministro bater o martelo sobre os comandos do Banco do Brasil, Caixa e Eletrobras. /

COLABORARAM: LUCIANA DYNIEWICZ E LUISA MARINI, ESPECIAL PARA O ESTADO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/11/2018

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues Eduardo Rodrigues/Brasília

Título: Cade faz acordos com empreiteiras da Lava Jato

Conselho firma hoje termos de compromissos com Andrade Gutierrez, Carioca Engenharia, OAS e Odebrecht; multas somam cerca de R\$ 800 milhões

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) fechará hoje acordos em processos que apuram formação de cartéis relacionados à Operação Lava Jato. Entre as empresas que assinarão os termos de compromisso estão Odebrecht, OAS, Andrade Gutierrez e Carioca Engenharia, apurou o Estadão/Broadcast. Os acordos envolvem processos que investigam cartéis em obras de estádios da Copa do Mundo de 2014, urbanização de favelas no Rio de Janeiro, licitações de ferrovias, obras da Petrobrás e da usina de Angra 3. O Cade tem praticamente prontos 16 acordos que, juntos, somarão multas de cerca de R\$ 800 milhões, segundo fontes a par do assunto. Ao fecharem acordo, quando assinam esse tipo de compromisso, as empresas se livram de multas ainda maiores e encerram os processos contra elas. Em troca, colaboram com as investigações.

Os 16 acordos vinham sendo negociados desde o fim do ano passado, mas muitos ainda tinham sido homologados por causa das eleições. Em um desses processos, o Cade investiga conluio em licitações para a construção de estádios. Aberta após denúncia da Andrade Gutierrez e de executivos da construtora, a investigação apura suspeitas de cartel para a reforma e construção dos estádios Maracanã (RJ), Mané Garrincha (DF), Arena Pernambuco (PE), Arena Castelão (CE), Arena das Dunas (RN) e Arena Fonte Nova (BA). Outro processo apura

cartel na licitação para obras de engenharia e construção no Complexo do Alemão, Manguinhos e Rocinha financiados com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), também resultado de leniência da Andrade Gutierrez. Desconto. Há dois tipos de acordos que podem ser firmados pelo Cade: leniência e Termos de Compromisso de Cessação de Conduta (TCC).

Os 16 já preparados pelo órgão antitruste são TCCs, em que cada empresa terá um “desconto” de 15% a 35% na multa que pagaria se fosse condenada ao final do processo. Mais de uma empresa pode firmar TCC em um mesmo processo, mas o “desconto” é maior para quem assina o acordo primeiro, o que gera uma corrida para conseguir punições mais brandas. Praticamente todos os processos no Cade no âmbito da Operação Lava Jato foram originários de acordos de leniência, que, diferentemente do TCC, é firmado uma vez na abertura do processo com a primeira denunciante. Nesse caso, a empresa que faz a denúncia pode ficar livre de pagar qualquer multa. O Cade já assinou pelo menos cinco TCCs com empresas em processos relacionados à Lava Jato.

Três deles com a Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e UTC em processo que investiga cartel em licitações para obras de montagem industrial da Petrobrás, e outros dois com Andrade Gutierrez e UTC em processo que apura conluio em licitações da usina de Angra 3. Com o conselho, foram firmados ainda 14 acordos de leniência de empresas envolvidas na Operação Lava Jato que originaram pelo menos 30 processos em investigação no conselho.

As empresas investigadas na Lava Jato firmaram colaborações em várias instâncias. O Cade investiga e pune atos ilícitos de empresas, executivos e agentes públicos envolvidos em corrupção. Há investigações de corrupção também conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF), Controladoria Geral da União (CGU) e Advocacia Geral da União (AGU). Procuradas, a Andrade Gutierrez, a Carioca Engenharia e a Odebrecht não comentam. A OAS não foi encontrada

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 21/11/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Atenção total às privatizações

De toda a estrutura que está em construção para o superministério da Economia, pelo menos uma das secretarias já teve a criação confirmada pelo futuro ministro, Paulo Guedes: a de Privatizações. “Vai ter Secretaria de Privatizações”, respondeu, ao ser questionado pelos repórteres em sua chegada

ao Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), onde funciona o escritório da transição de governos.

As privatizações são uma grande aposta do futuro governo para ajudar no ajuste fiscal. Guedes já estimou em R\$ 1 trilhão o valor a arrecadar com privatizações, concessões e venda de imóveis da União. “Algumas estatais serão extintas, outras, privatizadas e, em sua minoria, pelo caráter estratégico, serão preservadas”, diz o programa de governo de Jair Bolsonaro.

Na lista de privatizações do futuro governo estão a Eletrobras e partes da Petrobras, a Casa da Moeda, subsidiárias dos bancos públicos, entre outros. Existe ainda uma carteira de 52 projetos de concessão semiprontos para serem levados a leilão, envolvendo investimentos de R\$ 78 bilhões. São rodovias, portos, aeroportos, ferrovias, linhas de transmissão. A futura secretaria receberá também a estrutura que administra os imóveis da União, hoje no Planejamento.

Atualmente, existem 138 empresas estatais federais. Dessas, 18 dependem de recursos do Orçamento Federal para funcionar. O programa de Bolsonaro cita um estudo do Tesouro Nacional segundo o qual essas empresas consumiram R\$ 122 bilhões entre 2012 e 2016. No mesmo período, deram um retorno de R\$ 89 bilhões.

As privatizações no Brasil começaram nos anos 1980, durante o governo de José Sarney (1985-1990). Também à época, a ideia era vender empresas para ajudar no ajuste das contas públicas. Foi privatizada, por exemplo, a Aracruz Celulose. No governo de Fernando Collor (1990-1992), que tinha um programa liberal, foi criado o Programa Nacional de Desestatização (PND). Uma das empresas entregues ao mercado à época foi a Usiminas.

Petrobras

Com a expectativa de que o projeto que autoriza a revisão do contrato da cessão onerosa da Petrobras no pré-sal seja votado nesta semana pelo Senado, parlamentares sugeriram, ontem, emendas para que até metade do valor arrecadado com o leilão do excedente de óleo, no próximo ano, seja repartido com estados e municípios.

A possibilidade de divisão dos recursos da outorga do leilão ganhou força na semana passada, após reunião entre o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), e o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes. As estimativas de arrecadação para esse leilão variam de R\$ 100 bilhões a R\$ 130 bilhões. Já o atual ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, defende que a União fique com os

valores arrecadados e repasse recursos do Fundo Social para os governos regionais.

Entre as emendas apresentadas ontem, o senador Aécio Neves (PSDB-MG) sugere que 50% do bônus de assinatura do leilão do excedente do petróleo vá para estados e municípios. Já o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) apresentou sete emendas. Uma delas também propõe a divisão meio a meio dos recursos entre o governo federal e os demais entes. Outra, sugere que a União fique com 70% da outorga e divida o restante em 15% para os estados e 15%, para os municípios. O petista, que já avisou que tentará obstruir a votação do projeto, ainda apresentou emenda pela qual tenta, simplesmente, impedir a revisão do contrato da cessão onerosa, que é o cerne do projeto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/11/2018

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner e Vandson Lima | De Brasília

Título: Recurso da cessão onerosa pode ser repartido via Fundo Social

O fundo social do pré-sal, criado em 2010, poderá ser o caminho para dividir com Estados e municípios parte dos recursos do bônus do excedente da cessão onerosa, estimado em R\$ 100 bilhões, segundo uma fonte informou ao **Valor**.

Outras alternativas estão sendo consideradas, como o repasse direto de 20% do arrecadado, segundo o senador Aécio Neves (PSDB-MG), que teria recebido do futuro ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, aval para fazer as tratativas. A distribuição do montante entrou na negociação entre o Senado, integrantes do atual e do futuro governo na tramitação do projeto que autoriza a Petrobras a transferir a petroleiras privadas até 70% de seus direitos de exploração na área do pré-sal.

Presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE) deve se reunir novamente hoje com o atual ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e com o futuro ministro da Economia de Jair Bolsonaro, Paulo Guedes, para discutir a questão. Segundo o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), a conversa se dará para definir como e de onde virá o auxílio aos entes. Isto porque, na semana passada, o Senado inseriu no projeto que obriga empresas distribuidoras de energia elétrica a pagar uma multa aos usuários quando houver interrupção dos serviços (PLS 209/2015) um dispositivo que já destina 50% dos recursos vindos da comercialização do petróleo do pré-sal, que iriam integralmente para o Fundo Social, para outro fundo, o Brasduto, voltado para expansão de gasodutos e para o fundo de participação de Estados e municípios.

Esse acerto havia sido feito justamente para evitar que o bônus da cessão onerosa fosse requisitado pelos entes. O governo alega que precisa do mesmo integralmente para cumprir a regra de Ouro. "Tendo em vista esse debate, se os recursos que vão atender os Estados e municípios serão do bônus ou do fundo social, Eunício me informou que terá nova rodada de negociações com Guardia e Guedes", relatou o líder do governo.

O Fundo Social foi criado com o objetivo de garantir que parte dos recursos do pré-sal garanta no futuro investimentos nas áreas de Saúde e Educação. Essas duas áreas governamentais que pela legislação hoje têm forte caráter descentralizado, ou seja, são executadas por Estados e Municípios, ainda que em boa parte com recursos repassados pelo governo federal.

A legislação permite que parte do bônus de assinatura também seja destinada a esse fundo, mas para fazer a partilha com os entes federativos seria necessária uma mudança de lei prevendo isso e estabelecendo também os critérios para essa divisão, como os percentuais para cada ente, que não estão definidos por nenhum dos participantes da discussão.

Na semana passada, Eunício Oliveira anunciou que Guedes aceitou dividir parte dos recursos desse leilão com Estados e municípios, em troca de os parlamentares acelerarem a votação do projeto que trata sobre o tema e viabiliza a negociação em curso entre Petrobras e União sobre o acordo feito em 2010. Esse entendimento é a base necessária para permitir que o leilão das áreas ligadas aos 5 bilhões de barris entregues à estatal em 2010 seja feito no ano que vem.

No atual governo, estima-se que esse certame possa gerar entre R\$ 60 bilhões e R\$ 100 bilhões ao caixa federal. Eunício chegou a dizer que os valores estavam estimados entre R\$ 120 bilhões e R\$ 130 bilhões. Nesse sentido, uma fonte da área econômica demonstra preocupação com o que seria um excesso de otimismo que alguns setores começam a demonstrar com o potencial desse leilão e alerta que é preciso cuidar para não gerar frustração mais à frente.

A divisão do dinheiro do bônus da cessão onerosa dificultará o esforço de zerar o déficit primário do governo central e também complica o cenário para o cumprimento da regra de ouro das contas públicas - dispositivo constitucional que impede o governo de se endividar para pagar gastos correntes. Se o critério de divisão for usar os Fundos de Participação dos Municípios (FPM) e dos Estados (FPE), como ocorreu na repatriação de recursos do exterior em 2016, o governo perderá metade de suas receitas, sem falar na parte que ele ainda terá que pagar à Petrobras no ajuste de contas relativos aos 5 bilhões de barris cedidos em 2010.

A pedido do **Valor**, o diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) Gabriel Leal de Barros calculou que, em um cenário de arrecadação de R\$ 100 bilhões com bônus de assinatura, as transferências pelo critério atual do FPE seriam de R\$ 21,5 bilhões e pelo FPM, de R\$ 22,5 bilhões. Considerando outros possíveis repasses a fundos constitucionais, nesse cenário o que sobraria para a União seriam R\$ 53 bilhões - sem considerar a parcela da Petrobras.

Com isso, o resultado primário seria deficitário em R\$ 86 bilhões para o Governo Central, melhor que a meta formal de R\$ 139 bilhões de saldo negativo, mas longe do resultado neutro ambicionado por Paulo Guedes.

Barros destacou que uma negociação de repasse de recursos da cessão onerosa deve ser feito com a preocupação fiscal relativa ao governo central (regra de ouro e déficit elevado), mas também olhando-se a necessidade de se exigir medidas estruturais de ajuste dos Estados.

Nesse sentido, ele destacou a necessidade de se harmonizar as estatísticas fiscais, de modo a garantir que a Lei de Responsabilidade Fiscal seja aplicada no caso de descumprimento de limites de gasto com pessoal, por exemplo. Outro ponto que ele destacou é a necessidade de se retirar vinculações de gastos que são ineficientes e atrapalham as gestões estaduais.

Há acordo no Senado para que a votação da cessão onerosa ocorra na próxima terça-feira.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/11/2018

Seção: Brasil

Autor: Carla Araújo, Fábio Pupo, Marcelo Ribeiro e Fábio Murakawa | De Brasília

Título: Acelerar exploração será o foco, diz Castello Branco

Escolhido para a presidência da Petrobras, Roberto Castello Branco disse ontem em Brasília que o foco da estatal "deve ser a aceleração da exploração do pré-sal".

O executivo não quis comentar sobre o projeto de cessão onerosa, cuja a votação estava prevista para ontem no Senado, e tergiversou sobre a possibilidade de repartir recursos da cessão onerosa com Estados e municípios. "Isso não é função da Petrobras. Isso é uma questão do governo", afirmou.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, acertou com o futuro ministro da Fazenda, Paulo Guedes, que o governo Bolsonaro aceitaria dividir com Estados e

municípios os recursos que serão arrecadados com a cessão onerosa. Isso seria em troca da urgência da votação do projeto que está em tramitação no Senado e necessário para viabilizar o acordo entre Petrobras e União, permitindo o leilão das áreas.

Questionado sobre uma possível privatização de parte da Petrobras, Castello Branco afirmou que já tinha falado ontem sobre o assunto e que os "planos vão ser detalhados". "Por enquanto, eu não tenho nenhuma informação relevante para fornecer a vocês", disse.

Na segunda-feira, Castello Branco disse ser a favor da venda dos ativos de refino e distribuição da empresa. No artigo "Privatizações envergonhadas", publicado pelo **Valor** em 8 de maio, Castello Branco diz que "tanto no refino quanto na distribuição, a Petrobras, por razões estruturais inerentes a uma empresa estatal, não demonstrou possuir a competência necessária para ser a dona natural desses negócios".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/11/2018

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Setor espera que fim do subsídio ao diesel libere investimento de R\$ 1 bi

O fim do programa de subvenção ao diesel, previsto para 31 de dezembro, pode destravar investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão em infraestrutura logística de importação e transporte de combustíveis no Brasil. A estimativa é da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), que acredita que o término do subsídio dará segurança jurídica necessária para os investimentos no setor.

"Os associados da Abicom, e também os armazenadores, têm projetos que só não foram efetivados em razão dessa insegurança [jurídica]. A partir do momento que os agentes identificarem essa mudança e perceberem a segurança para investir, os investimentos virão", disse o presidente da Abicom, Sérgio Araújo. "Diria que estamos falando de investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão [...] em instalações, infraestrutura para permitir a importação dos produtos", completou o executivo.

Os importadores estão de olho no déficit do mercado brasileiro de derivados de petróleo, principalmente de óleo diesel. De acordo com a versão preliminar do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2027, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Brasil será importador líquido de 36 milhões de litros/dia de

diesel em 2027, volume 6% superior à importação líquida registrada no ano passado.

Durante o programa de subvenção, as importações de diesel por empresas independentes caíram significativamente, ao mesmo tempo em que a Petrobras aumentou a taxa de utilização de suas refinarias, além de ela própria ter aumentado a importação do produto. Segundo Araújo, isso ocorreu porque o preço de referência estabelecido no programa ficou abaixo da paridade de importação, praticamente inviabilizando a operação das empresas independentes.

Hoje, as associadas da entidade estão importando, em média, 120 milhões de litros de diesel e 40 milhões de litros de gasolina por mês (o equivalente a 4 milhões e 1,3 milhão de litros/dia, respectivamente). "São volumes realmente muito baixos. A Petrobras tem feito importações de volumes maiores", disse Araújo.

Para o executivo, a redução do preço do diesel no mercado internacional e o viés liberal do novo governo sinalizam a possibilidade de encerramento do programa de subvenção no fim deste ano, conforme previsto.

"Nossa expectativa é que o programa termine agora em dezembro e que o novo governo oriente e caminhe no sentido de que tenhamos um mercado competitivo, porque entendemos que esta é a melhor maneira de atender a sociedade."

Nesse sentido, a entidade enviou um documento com visão do mercado de combustíveis e recomendações para a equipe de transição do governo Bolsonaro. "Não tivemos ainda uma reunião formal para discussão, mas já fizemos o envio do material. Já sabemos que eles receberam. Esperamos conversar com eles sobre isso", completou Araújo.

Com relação à segunda fase do programa de subvenção ao diesel, as importadoras independentes ainda têm a receber cerca de R\$ 50 milhões do governo. "Estamos sempre na expectativa de que a cada semana vamos receber. A última informação que temos é que a ANP [Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis] está dependendo de receber informações das secretarias [estaduais] de Fazenda para poder cruzar os dados", afirmou.

De acordo com a Abicom, devido à queda do preço do diesel e à valorização do real em relação ao dólar, o volume total previsto para o programa de subvenção, de R\$ 9,5 bilhões, não seja totalmente necessário. A entidade enxerga que a iniciativa consumirá R\$ 7,5 bilhões até o fim deste ano.

A associação também entrou neste ano com dois processos, um na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outro no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), contra a Petrobras por prática de preços do diesel abaixo da paridade internacional em determinados polos do país. Segundo Araújo, os dois processos estão em andamento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | De Milão, Itália

Título: Enel planeja investir € 4 bilhões no Brasil entre 2019 e 2021

A gigante italiana Enel, que se tornou o maior grupo de distribuição de energia do Brasil, em número de clientes, com a aquisição da Eletropaulo este ano, prevê investir € 4 bilhões (o equivalente a cerca de R\$ 17,2 bilhões) no país nos próximos três anos, de acordo com o plano estratégico da companhia para o período 2019-2021, divulgado ontem. O valor é superior ao dobro do previsto no plano anterior (2018-2020).

Do total previsto para o Brasil nos próximos três anos, € 2,2 bilhões (R\$ 9,4 bilhões) serão destinados para o segmento de distribuição de energia, € 1,6 bilhão (R\$ 6,9 bilhões) para geração de fontes renováveis de energia e aproximadamente € 200 milhões (R\$ 860 milhões) em serviços e soluções de energia.

Segundo o presidente mundial da Enel, Francesco Starace, com relação ao Brasil, após a aquisição da Eletropaulo, a companhia vai se concentrar nos próximos anos na reestruturação e modernização da distribuidora paulista e da Enel Distribuição Goiás (antiga Celg), adquirida em novembro de 2016.

"Nosso apetite por novas aquisições neste momento é limitado comparado com o que fizemos antes, comparada com o tamanho da aquisição da Eletropaulo", afirmou o executivo. "Estaremos extremamente ocupados, trabalhando dentro das aquisições da Eletropaulo e Celg, finalizando a reestruturação e, depois, a modernização dos ativos."

Questionado sobre a vitória de Jair Bolsonaro na eleição, Starace disse ter "grandes expectativas" sobre o novo governo. "Temos grandes expectativas com o novo governo, para restabelecer um crescimento da economia brasileira, com um mix de privatizações e reformas. As declarações do governo incentivam nessa direção".

O crescimento da aposta no Brasil é refletido na fatia do total de investimentos do grupo destinada ao país. Enquanto no plano anterior, o Brasil respondia por apenas 7,3% do total de investimentos estimados, agora o país será o destino de 14,5% do total de recursos que o grupo italiano prevê aportar ao redor do planeta nos próximos três anos.

Do ponto de vista global, a Enel estima investir € 27,5 bilhões (R\$ 118 bilhões) entre 2019 e 2021. O total é 12% superior em relação ao reportado no plano anterior.

Do total de investimentos previstos para o período, 42% são destinados ao setor de fontes renováveis, 40% para o segmento de redes de energia (distribuição), 5% para o setor de varejo, 4% para o desenvolvimento da Enel X (empresa de prestação de serviços e soluções de energia do grupo) e 9% para o setor de geração termelétrica.

Entre 2018 e 2021, a companhia estima um aumento de 6% do Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) global, para € 19,4 bilhões (R\$ 83,3 bilhões), e um crescimento de 11% do lucro líquido, totalizando € 5,6 bilhões (R\$ 24 bilhões).

Mantendo os planos de descarbonização, a empresa prevê acrescentar € 1 bilhão ao Ebitda a partir de fontes renováveis de energia. A expectativa do grupo é que, em 2021, 62% da produção de energia elétrica da companhia sejam obtidos a partir de fontes que não emitem gases do efeito estufa, contra a marca de 48% atualmente.

A Enel estima ainda benefícios acumulados de € 1,2 bilhão, em 2021, a partir de eficiências obtidas com digitalização.

Na área de distribuição, a Enel possui 17 milhões de clientes no Brasil, a partir de quatro distribuidoras, em São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro e Goiás. No mundo, a companhia possui 58,5 milhões de unidades consumidoras.

Em geração, o grupo possui globalmente aproximadamente 90 gigawatts (GW) de capacidade instalada, dos quais 43 GW de fontes renováveis. No Brasil, a empresa tem 2,9 GW de fontes renováveis em operação, além de 1 GW em construção. A Enel também possui uma termelétrica a gás natural instalada em Fortaleza, com 326,6 megawatts (MW) de potência.

O repórter viajou a convite da Enel

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 21/11/2018****Seção: Empresas****Autor: Fernanda Pires e Ivo Ribeiro | De São Paulo****Título: CCR contrata ex-Petrobras para a vice-presidência de compliance**

A concessionária de infraestrutura CCR contratou o advogado Pedro Paulo Archer Sutter para assumir a vice-presidência de compliance, cargo recém-criado pela companhia. O executivo começou a exercer a função na segunda-feira. Sutter tem larga experiência na nessa área. Foi responsável pelo departamento de governança da Petrobras e das 147 subsidiárias da petrolífera entre outubro de 2016 e agosto deste ano, conforme comunicado divulgado pela empresa.

No período, Sutter liderou equipe de 97 pessoas responsáveis por formatar o novo modelo de governança e compliance da estatal de petróleo, adotado após a Lava-Jato.

Sutter, 48 anos, é formado em direito pela PUC-Rio e tem mestrado em governança corporativa pela Georgetown University, nos Estados Unidos. Trabalhou anteriormente na United Technologies Corporation, companhia americana dona da fabricante de elevadores Otis e da empresa de turbinas de avião Pratt & Whitney, entre outros negócios. A seleção do executivo, que estava prevista para levar até 60 dias, andou mais rápido do que se esperava.

Sutter dará musculatura à área de compliance que existe na CCR desde 2015. Até hoje, o compliance do grupo era uma assessoria da presidência. Com status de vice-presidência, ganha autonomia e passa a ser vinculada ao conselho de administração da empresa, que cancelou o nome do executivo.

Com a escolha, a empresa consolida a reestruturação organizacional na gestão de governança iniciada em 2015. Junto com a vice-presidência de compliance, foi criada também a de gestão corporativa, assumida pelo executivo Eduardo Toledo em 1º de novembro. "Os maiores movimentos já foram feitos. Desde agosto, foram grandes mudanças na direção e nas concessões", disse ao **Valor** o presidente da CCR, Leonardo Vianna.

Segundo ele, a criação de uma vice-presidência de compliance não estava prevista em 2015, "mas com o andar dos acontecimentos", disse Vianna, a empresa chegou à conclusão de que havia necessidade de fortalecer a área. A seleção de Sutter coincide com a contratação de duas consultorias internacionais para a realização de um diagnóstico sobre o modelo da empresa -

sendo a área de compliance um dos itens. O resultado ficará pronto até o fim do ano.

A companhia é investigada após um delator da Lava-Jato - o empresário e operador financeiro Adir Assad - dizer em depoimento ao Ministério Público de São Paulo que a concessionária pagou caixa dois a políticos. Desde então, a empresa constituiu um comitê independente, que responde diretamente ao conselho, responsável pela investigação interna. "Não sabemos em que estágio está o trabalho. Um sinal positivo é que o número de pedidos de documentos para nós caiu muito. Então imaginamos que deva estar terminando", disse Vianna.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | De Milão, Itália

Título: Enel vai investir R\$ 3,2 bilhões na Eletropaulo

A Enel prevê investir € 750 milhões (o equivalente a R\$ 3,2 bilhões) na Eletropaulo, distribuidora paulista adquirida pelo grupo este ano, entre 2019 e 2021. O número foi informado ontem, durante a divulgação do plano estratégico da italiana para o período, com previsão total de investimentos de € 27,5 bilhões (cerca de R\$ 118 bilhões).

Segundo o diretor financeiro global da Enel, Alberto De Paoli, a companhia espera reduzir em 30% os custos operacionais da distribuidora nos próximos três anos. A meta é reduzir a relação opex/consumidor da Eletropaulo, de € 62 (cerca de R\$ 266,1), em 2018, para € 44 (R\$ 188,85), em 2021. A Enel Distribuição Ceará (antiga Coelce), distribuidora mais eficiente do grupo italiano no Brasil, tem relação opex/consumidor de € 36.

"Isso (a redução de 30% do custo operacional) não é algo inacreditável, enquanto podemos trazer esse indicador para o nível que nós já temos em outra distribuidora no Brasil", acrescentou De Paoli, fazendo referência à Enel Distribuição Ceará. "Contamos com nossa experiência na América do Sul para fazer o 'turnaround' (da Eletropaulo)".

O executivo contou ainda que a estratégia do grupo é investir na melhoria da qualidade do serviço da Eletropaulo, o que pode gerar reconhecimento pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na correção da tarifa da distribuidora. "Vamos crescer a qualidade (do serviço) porque sabemos que há recompensa para isso", disse.

Também está na estratégia do grupo o aumento da base de remuneração de ativos da Eletropaulo, por meio de investimentos, o que pode ser reconhecido nos processos de revisão tarifária da distribuidora, a cada quatro anos. A próxima revisão tarifária da Eletropaulo está prevista para 2019.

A Enel também espera melhorar o Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da Eletropaulo em 500 milhões de euros no período, totalizando 700 milhões de euros em 2021 (cerca de R\$ 3 bilhões). A companhia também prevê um crescimento de 9% do volume de energia distribuída pela Eletropaulo, de 43 terawatts-hora (TWh), em 2018, para 46,8 TWh, em 2021.

"A aquisição da Eletropaulo reforça nossa posição na América do Sul", disse o presidente mundial da Enel, Francesco Starace.

Na área de redes de energia (distribuição), a Enel prevê investir globalmente € 11,1 bilhões (R\$ 47,6 bilhões), dos quais dois terços em economias maduras onde está mais avançado o processo de implementação de estrutura de redes inteligentes.

Desse montante, diz De Paoli, a empresa pretende investir € 3,9 bilhões (R\$ 16,7 bilhões) no segmento de redes de energia na América do Sul. Ressaltou que espera iniciar a implantação de "smart metering" (medição inteligente de consumo de energia) no Brasil, em 2020.

A Enel estima um Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) global na área de redes de € 8,9 bilhões, em 2021, com crescimento de 17%, ante o número atual, de € 7,6 bilhões.

O repórter viajou a convite da Enel.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Anjli Raval | Financial Times, de Madri

Título: Petroleiras veem futuro na geração de energia elétrica

Um posto de gasolina na calle de Alberto Aguilera, em Madri, dá uma pequena mostra de como pode ser o futuro. Os clientes podem recolher remessas da Amazon ou ingredientes de alta culinária, largar seu carro híbrido compartilhado ou beber um "café con leche" enquanto esperam pelo seu veículo elétrico carregar-se.

Embora os carros normais a gasolina, sejam bem-vindos, a Repsol, petrolífera espanhola que opera o posto, vem se preparando para a transformação mundial no consumo de energia diante do abandono do uso de combustíveis mais sujos. O panorama vem obrigando as grandes petrolíferas a repensar seus negócios.

"A energia elétrica vai ser um dos grandes motores dos novos modelos de negócios de baixo carbono para todas as grandes empresas de fontes energia", disse o presidente do conselho de administração da Repsol, Antonio Brufau, em entrevista ao "Financial Times". A eletricidade vai "representar a maior parte do crescimento da energia primária", acrescentou.

A Repsol e rivais europeias como a Royal Dutch Shell e a Total estão realizando aquisições de companhias de energia elétrica - em busca de ativos que vão desde a geração de energia aos pontos de carregamento de veículos elétricos - tentando repetir o modelo existente no negócio de petróleo, que inclui desde sondas de perfuração até bombas de gasolina.

As petrolíferas passaram a ver a entrada no mercado de fornecimento de eletricidade aos consumidores, até agora dominado pelas concessionárias elétricas, como um passo para o crescimento futuro. "É como um seguro para essas empresas. Ninguém sabe como a transição energética vai se desdobrar ou em que velocidade", disse Tom Heggarty, da divisão de eletricidade e fontes renováveis da firma de consultoria Wood Mackenzie.

A BP, em seu panorama energético de longo prazo para 2040, prevê que quase 70% do aumento no consumo de energia primária virá do setor de energia elétrica, com a demanda por eletricidade crescendo o triplo que a dos demais tipos de energia. Os veículos elétricos representam pequena fração da frota mundial de carros hoje, mas o segmento cresce a passos largos, sendo que os carros autônomos e o compartilhamento de viagens impulsionam a tendência.

"Como o petróleo está tão ligado à mobilidade, está mais exposto à mudanças no consumo", disse Brufau. "Precisamos descobrir como vamos administrar isso."

A estratégia da Repsol a levou a investir em uma rede de pontos de carregamento rápido para carros elétricos e a criar, com a sul-coreana Kia, um empreendimento conjunto em Madri de compartilhamento de 500 veículos híbridos. Também pagou € 750 milhões pelos ativos de gás e energia hidrelétrica da espanhola Viesgo.

A Shell também expandiu seus negócios de gás após a aquisição do BG por US\$ 50 bilhões. Comprou a fornecedora de energia elétrica britânica First Utility, em fevereiro, o que lhe deu pela primeira vez acesso direto a consumidores de

eletricidade no varejo, e a New Motion, uma das maiores empresas de carregamento de veículos elétricos na Europa.

Maarten Wetselaar, chefe de integração de gás e novas energias na Shell, disse que a passagem dos carros para a alimentação elétrica vai "sustentar" a transição energética. No caso da Shell, o gás não apenas vai substituir o carvão e se tornar mais dominante na geração de eletricidade, também vai servir para oferecer um sistema de reserva para fontes renováveis em dias nublados ou sem vento. Como a proporção do uso de eletricidade no consumo total de energia vem aumentando, Wetselaar diz que a Shell vai precisar "ter papel nisso" se quiser continuar sendo grande.

Alguns acionistas têm apoiado esse novo foco na transição energética. Temem que os gastos em projetos petrolíferos de longo prazo possam se revelar deficitários e mostram preocupação com o impacto do setor nas emissões de gases causadores do efeito estufa e no aquecimento mundial.

Grupos europeus como Total, Shell, Equinor, BP e Eni têm promovido mais investimentos em ativos de baixas emissões de gás carbônico do que os rivais americanos, chineses e russos, segundo estudo do grupo ambiental CDP. Entre 24 empresas avaliadas, as grandes petrolíferas europeias estão entre as mais bem preparadas para a transição a uma economia de baixas emissões de carbono.

Ainda não está claro, porém, qual o melhor caminho para o sucesso. Alguns investidores querem que as petrolíferas administrem o declínio dos negócios concentrando-se mais em gerar caixa do que em investir em eletricidade.

"Encontrar, desenvolver, produzir e transportar moléculas de hidrocarboneto é um negócio fundamentalmente diferente de gerar e transmitir elétrons", disse Nick Stansbury, chefe da área de análise de commodities na administradora de recursos Legal & General Investment Management.

"Será que a indústria de gás e petróleo precisa se transformar em algo que se pareça mais claramente a uma concessionária para deixar seus negócios protegidos para o futuro? [A] resposta provavelmente é 'não'."

A mudança, de qualquer forma, está em andamento. Embora a Total tenha se dito "alérgica" à palavra concessionária de eletricidade, está desenvolvendo um negócio de varejo de energia elétrica na França. Comprou a empresa americana de energia solar SunPower, a fornecedora de energia Lampiris, a especialista em baterias Saft e participação no grupo de fontes renováveis de energia Eren. Neste ano, adquiriu a varejista francesa de eletricidade Direct Energie, por € 1,4

bilhão. As transações lhe permitiram montar uma carteira de usinas alimentadas a gás e a fontes renováveis.

Uma vez que a geração de energia elétrica no mundo vem mudando "rapidamente" rumo a um mercado mais competitivo, Philippe Sauquet, chefe da área de gás, fontes renováveis e energia elétrica na Total, diz que empresa vai ser beneficiada. "Não temos vantagens nem ativos ultrapassados nesse campo. Podemos ser mais eficientes. Podemos oferecer melhores preços."

Diferentemente das concessionárias tradicionais de energia que tem uma única faceta de relacionamento com os consumidores, como fornecedoras de eletricidade, Sauquet acredita que as grandes petrolíferas querem múltiplas interações. "Apesar de que os elétrons deveriam ser vistos como uma nova commodity, a forma como você os fornece não deveria", disse Sauquet. "Podemos fazer mais dinheiro com serviços de valor agregado, desde medidores inteligentes para monitorar o consumo e contas mais baixas até carregadores de veículos elétricos."

Alguns analistas do setor, contudo, dizem que há grandes diferenças entre entrar em um negócio adjacente - como instalar pontos de carregamento de veículos elétricos em redes existentes postos de gasolina - e entrar em áreas nas quais não são grandes concorrentes, como geração de eletricidade.

A gigante da energia eólica dinamarquesa Orsted ou a espanhola Iberdrola podem estar mais aptas para criar projetos de energia limpa do que as petrolíferas. Por sua vez, analisar dados sobre como e quando os consumidores usam a eletricidade é um domínio que pende muito mais para o lado de grupos de tecnologia como Google ou Microsoft.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Agências internacionais

Título: John Rice volta à GE e assume área de gás

O afastamento de John Rice da General Eletric não chegou a um ano. Na segunda-feira, a GE anunciou a contratação de seu antigo vice-presidente do conselho de administração para voltar à companhia. Rice vai assumir a presidência do conselho do negócio de energia a gás do conglomerado americano, que passa por uma reestruturação.

No mesmo dia a GE também nomeou Scott Strazik como presidente-executivo do negócio de gás e Russell Stokes como CEO de seu portfólio de produtos de energia. Strazik atualmente é o presidente do negócio de serviços de energia da GE. Enquanto Stokes comanda a GE Power.

No mês passado, o grupo prometeu reestruturar a sua unidade de energia, que tem enfrentado problemas. Rice se aposentou em dezembro do ano passado, depois de quatro décadas na companhia.

O executivo resgatado da sua aposentadoria apenas 11 meses depois de seu afastamento, foi responsável pela divisão de energia entre 2000 e 2005. Em seus últimos anos na GE, Rice esteve em Hong Kong montando a estrutura da empresa fora dos Estados Unidos. Ele é um dos representantes da companhia no conselho de administração da companhia de serviços petrolíferos Baker Hughes.

Com seu retorno, Rice será um dos poucos diretores de sua geração a continuar na companhia, além de David Joyce, chefe da divisão de aviação.

No final de outubro, o diretor-presidente da GE, Larry Culp, decidiu pelo desmembramento da divisão de energia, dividindo a unidade em duas. Uma vai abrigar as operações tradicionais de turbinas a gás da GE. A outra ficou com os ativos restantes, incluindo turbinas a vapor e equipamentos de rede.

MME / ASCOM .